

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

PROCESSO Nº 59540.001194/2017-52

Aos 29 (vinte e nove) dias de dezembro do ano de 2017, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. Superintendente Regional CÉSAR FONSECA MANDARINO, brasileiro, casado, portador do RG: 238.956-SSP/SE e CPF: 026.807.674-87, residente e domiciliado na Avenida Adélia Franco, 2.403 – Bairro Grageru, CEP: 49.027-010, Aracaju-SE, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 20/2017, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando **o fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos destinados à implantação de ações de pecuária, agricultura familiar e economia criativa na área de atuação da 4ª SR**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União e homologado pela Diretoria Executiva CODEVASF, constante às fls. 591 a 607 do Processo 59540.001194/2017-52, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: AGROVETERINÁRIA RM LTDA-EPP, CNPJ 10.453.573/0001-24, com sede na Rua Doutor Arcanjo Gasoli, 120, Bairro Goiânia, Belo Horizonte-MG, CEP: 31.960-160, telefone (31) 3432 6655, representada pelo Sr. EDGAR ROLIM MACHADO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Roque, 774 – Bairro Sagrada Família, RG nº 809.549, expedida pela SSP/MG, e CPF nº 178.941.316-87, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Triturador forrageiro completo , para desintegrar, moer e picar capim, milho, cana, mandioca, etc.; motor elétrico com potência mínima de 3 cv, mínimo 2 lâminas, alimentação elétrica monofásica 110/220 v e 60 Hz, com cavalete e base para o motor. Mínimo de 5 peneiras, incluindo peneira lisa. Assistência técnica no Estado de Sergipe. As entregas dos equipamentos serão realizadas em locais a serem definidos pela Codevasf dentro da sua área de atuação no Estado de Sergipe e inteiramente custeadas pela licitante vencedora. Manual em Português. COTA DE 25% - Exclusivo para ME e EPP.	unid	200	1.007,99	201.598,00

af *for*

2	Triturador forrageiro completo , para desintegrar, moer e picar capim, milho, cana, mandioca, etc.; motor elétrico com potência mínima de 3 cv, mínimo 2 lâminas, alimentação elétrica monofásica 110/220 v e 60 Hz, com cavalete e base para o motor. Mínimo de 5 peneiras, incluindo peneira lisa. Assistência técnica no Estado de Sergipe. As entregas dos equipamentos serão realizadas em locais a serem definidos pela Codevasf dentro da sua área de atuação no Estado de Sergipe e inteiramente custeadas pela licitante vencedora. Manual em Português.	unid	600	1.007,99	604.794,00
TOTAL		---	---	---	806.392,00

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos produtos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (**Codevasf**), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/1993, Decreto 3.931/2001 e Decreto 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 20/2017 e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inc. II, do art. 65, da Lei 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inc. II, do art. 65, da Lei 8.666/1993, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da CODEVASF:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a CODEVASF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.



7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CODEVASF, em conformidade com o disposto nos itens 22.1 a 22.14 do Edital 20/2017.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas nos itens 25.1 a 25.6 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

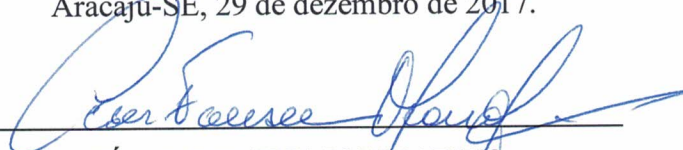
10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 20/2017, seus anexos, e a proposta da empresa: AGROVETERINÁRIA RM LTDA-EPP, vencedora dos itens 1 e 2.


O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Aracaju-SE será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 10.520/2002, do Decreto 5.450/2005, do Decreto 3.931/2001 e do Decreto 7.892/13, da Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

Aracaju-SE, 29 de dezembro de 2017.



CÉSAR FONSECA MANDARINO
Superintendente Regional da CODEVASF-4ªSR



REPRESENTANTE: EDGAR ROLIM MACHADO

EMPRESA: AGROVETERINÁRIA RM LTDA-EPP